



# Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA  
AOS 130 ANOS DO PODER LEGISLATIVO  
NO ESTADO DO PARANÁ  
REALIZADO EM 30 DE AGOSTO DE 1984  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado, Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Maia Filho e Dirceu Manfrinato.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e demais autoridades.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO SOLENE

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Para acompanhar Suas Excelências os Senhores José Richa, Digníssimo Governador do Estado e Sua Excelência o Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa - Digníssimo Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado, designo uma comissão integrada pelos Senhores Deputados: Nestor Baptista, Nelson Buffara e Caíto Quintana. Suspendo a sessão por alguns instantes até a chegada de Suas Excelências.

Está reaberta a sessão. Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a compo-

sição da Mesa:

Excelentíssimo Senhor Doutor José Richa, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Doutor Nilton Campos representante de Sua Excelência o Senhor Nestor Jost, Ministro de Estado da Agricultura; Excelentíssimo Senhor Capitão de Fragata Ronald Cardoso Guimarães, Capitão dos Portos do Estado do PR; Excelentíssimo Senhor Coronel Aviador José Flávio Celetino, Comandante do Sindacta II; Excelentíssimo Senhor Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da U.F.PR.; Excelentíssimo Senhor Maurício Fruet, Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, 1.<sup>o</sup> Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Jorge Maia Filho, 2.<sup>o</sup> Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes para ouvirem o Hino Nacional que será executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional).

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Autoridades presentes já nominadas, Senhores e Senhores deputados, Senhor Vice-Governador do Estado, Doutor João Elízio Ferraz de Campos, Senhores Secretários de Estado, Senhores e Senhoras. (Lê).

"O PODER LEGISLATIVO NO PARANÁ

O Poder Legislativo se engalana hoje, com as presenças mais ilustres, para comemorar seus 130 anos de instalação no Paraná.

O programa comemorativo já vem transcorrendo desde o dia 28 com eventos marcantes que vivemos juntos. Mas esta sessão magna representa a culminância das solenidades que assinalam a implantação da então Assembléia Provincial do Paraná.

O que foram estes 130 anos de vida Parlamentar no Paraná mostrou-nos o eminente Profesor David Carneiro, em sua conferência de ontem. Desde José Joaquim Pinto Bandeira e seus companheiros que - em 15 de julho de 1854 - instalaram a Assembléia Provincial, até nossos dias, transcorreram períodos de luzes e de oca-

so. Mas, a história registra que mas fases em que o Poder Legislativo esteve obscurecido, também foram enclausuradas as liberdades públicas.

Doutro lado, quando o Poder Legislativo brilhou no céu da Pátria, também os homens viveram livres.

Porque, **nunca é demais repeti-lo**, o Poder Legislativo é a essência da democracia.

No Paraná, ao longo destes 130 anos, o Parlamento sempre levantou a voz na defesa dos humildes, e marcou, com pioneirismo, a necessidade da reforma e da mudança social.

Para citar apenas dois episódios: quando Victor do Amaral e Nilo Cairo intentaram criar a Universidade do Paraná, em 1912, foi na sede do então Congresso Legislativo que decorreu a sessão solene de instituição da primeira universidade brasileira.

Quando, em 1957, os conflitos da terra explodiram no Sudoeste paranaense, foi na Assembleia Legislativa que pela primeira vez se levantou o brado do povo injustiçado à mingua de proteção das leis e do Estado.

#### HOMENAGEM AOS VULTOS DO PARANÁ

Por isso, no momento em que festejamos os 130 anos do Poder Legislativo, homenageamos os homens que ajudaram a fazer a História do povo paranaense, pontificando no legislativo estadual.

Das centenas de pessoas ilustres que abrilhantaram esta Casa de Leis - e cujas biografias estão alinhadas na obra imorredoura da Professora Maria Nicholas, que reeditamos sob o título de "130 anos de vida parlamentar no Paraná" - dessas centenas de personalidades destacamos os constituintes de 1947.

Nos idos de 1947, quando a nação despertava para a democracia após o longo sono de uma ditadura, o povo paranaense escolheu um conjunto de cidadãos dignos, para em seu nome elaborarem a Constituição Estadual. Muitos deles estavam na flor dos anos quando mereceram a confiança popular expressa pelo voto.

Os remanescentes desses varões ilustres - não mais que doze - sentam-se conosco hoje, tributários de nossa carinhosa homenagem como símbolos do amor à democracia. Porque no estuário do regime de liberdade trazido para o Brasil após a II Guerra Mundial, eles elaboraram a mais liberal das cartas políticas do Paraná, a Constituição de 1947.

Entre os vultos paranaenses homenagearemos também, dois Deputados que ainda convivem conosco o dia a dia da atividade parlamentar. Trata-se dos Deputados Anibal Khury e Francisco Escorsin, os decanos das bancadas parlamentares respectivamente, do PMDB e do PDS.

Francisco Escorsin, ex-presidente desta Casa, Deputado veterano de muitas lutas, atual Segundo Secretário da Mesa, é

conhecido sobretudo pelo perfil humano de uma generosidade sem limites. Por isso, entre tantos predicados que enobrecem essa figura querida, saliento no deputado Francisco Escorsin - decano da bancada do PDS nesta Casa - o traço humanitário que o faz digno de ser citado entre as bem-aventuranças do evangelho, o samaritano, de nossa vida política.

Anibal Khury, decano da bancada do PMDB, retorna ao nosso convívio nesta Legislatura, depois de ter sido afastado pelo arbítrio, que lhe cassou o mandato há mais de dez anos. Anibal Khury fora antes, por diversas gestões, Primeiro Secretário da Assembleia e um dos mais atuantes parlamentares do Paraná. Voltou a sê-lo agora, principalmente na Comissão de Constituição e Justiça, onde seu senso de oportunidade política, uma quase clarividência e uma agilidade mental ímpar, o fazem respeitado e influente.

#### AS RAÍZES DA DEMOCRACIA

Ao homenagear os pró-homens desta instituição, queremos salientar que eles foram autênticos forjadores do edifício democrático entre nós.

Forjadores porque são homens do diálogo, dados à negociação, que é a base do sistema democrático de governo.

Montesquieu dizia que a democracia demanda virtude, qualidade que o pensador francês associava à arte da paciência e da renúncia cívica. Porque o governo democrático é um permanente processo de negociação, em que as reivindicações em conflito dos vários grupos da sociedade são harmonizadas pelo consenso, que tece e consolida as maiorias políticas, com vistas ao equilíbrio social.

Negociação e consenso não excluem, antes presumem governos sólidos e eficazes. Não há prazo para temer a instabilidade dos governos gerados pelo consenso democrático. Pelo contrário, eles são os mais produtivos sob o ponto de vista imediatamente político, como também são os mais competentes para superar as crises econômicas e sociais que assaltam a vida dos povos organizados, com a inevitabilidade das situações históricas.

Basta passar os olhos pelo mapa do mundo. Os povos onde viceja o Governo do Consenso Democrático são os que mais rapidamente superaram a crise dos anos 70 e já antevêm uma nova era de prosperidade.

Nem se diga que nesses Países o Poder não muda de mãos. Mas as alterações da liderança política são processadas sem trauma nem ruptura social acolchoadas que se tornam por um conjunto de sólidas instituições sociais, das quais a mais tradicional é justamente uma casa de falar - o Centenário Parlamento Inglês.

É certo que as raízes da democracia

precisam de solo fértil para medrar e frutificar. O regime democrático é exigente quanto às condições mínimas de solo cultural e clima político.

Alguns dirão, com pessimismo, que o regime democrático é o regime dos povos ricos; mas a lição da história é a de que a democracia é o padrão dos povos culturalmente amadurecidos, que se integram num tecido nacional homogêneo; onde a harmonia do pequeno grupo se estendeu, e se ramificou pelo todo da Nação.

É próprio das nações democráticas ostentarem um nivelamento entre as partes geográficas componentes de "todo nacional" como também há um equilíbrio entre classes e categorias sociais.

Em outras palavras, os povos democráticos abundam em instituições públicas e privadas voltadas para o bem geral; desfrutam de líderes e cidadãos comuns em dezenas de campos profissionais e atividades culturais, todos perfeitamente aptos para assumir a gestão da coisa pública, qual Cincinatos à espera do chamado da Pátria.

Nessas nações não há hegemonia de grupos ou estamentos sociais, nem o patriotismo é privilégio de poucos, senão que todos praticam no cotidiano de suas atividades aquela conduta de elementar respeito aos direitos alheios que o filósofo franceses assimilava à virtude.

#### A HORA DO BRASIL DEMOCRÁTICO

Nada mais é forte do que uma idéia cujo tempo chegou... Diz o provérbio. Nada mais forte do que a hora da democracia no Brasil de hoje.

Porque a hora do Brasil democrático chegou.

Chegou como idéia avassaladora, que grita nas pesquisas de opinião com a quase unanimidade de 98% dos cidadãos, que se declaram partidários de um regime democrático pleno.

Proclamamos aqui que um regime democrático pleno só ocorrerá com a realização de eleições diretas e livres. Eleições diretas para atender ao clamor nacional, que pede a oportunidade de o povo participar na seleção de seus governantes.

Nesta altura, negar ao povo o direito à eleição direta é fugir à responsabilidade histórica, num gesto que não será perdoado.

Mesmo as elites - que poderiam se sentir mais confortáveis por influírem num processo indireto - devem rever seus conceitos, porque o pleito direto significa o partilhamento de responsabilidades.

Só o povo que escolher seu Presidente da República possui o grau de motivação, o envolvimento cívico, o respeito de renúncia de que falava o filósofo, para ajudar esse presidente que elegeu, a vencer os sacrifícios e reconstruir a Nação.

Portanto, diante de nós estão colocados os grandes temas da atualidade: Eleições Diretas, Reformulação Partidária e Assembléia Nacional Constituinte.

São passos necessários que trilharemos, embora não os queiram alguns, pela própria dinâmica do fato político.

O Brasil não aceita mais a tutela, nem admite o arbítrio. As tentativas de retê-lo na camisa de força das soluções indiretas, nas manipulações de cúpula, sob governos ilegítimos porque minoritários, não haverão de frutificar.

O Brasil marcha célebre para a confirmação de sua hora da democracia.

E na democracia, em que o arbítrio dá lugar à participação, deverá retornar com suas prerrogativas restauradas, o Poder Legislativo.

#### DE ÓRGÃO A PODER LEGISLATIVO

No Paraná os últimos vinte anos assinalaram o ocaso penumbroso do Poder Legislativo Estadual. A tal ponto de encolhimento desceu ele, que melhor seria chamá-lo de Órgão Legislativo Paranaense, e não propriamente Poder.

Os Deputados componentes tentaram resistir, muitos deles com bravura. Mas, a conjuntura era desfavorável e o poder foi contido.

Contido primeiro na sua expressão orçamentária: depois de participar com quase 3% da despesa orçamentária do Estado, o Legislativo passou a dispor apenas de 0,8% do orçamento. Sem meios, não podendo treinar nem renovar seu quadro de pessoal, com as atribuições cortadas mediante cartas constitucionais outorgadas, o Legislativo Paranaense lutou em vão, não obstante o valor pessoal de seus membros.

Eis que as eleições gerais de 1982, alterando situações e fazendo renascer esperanças, também influíram no renascimento do Poder Legislativo do Paraná.

Os deputados passaram a se aprofundar nos temas estruturais e conjunturais da sociedade paranaense; que ela mesma foi chamada a participar mediante os grandes debates abertos ao público.

Um exemplo dessa forma nova de produzir o direito positivo está no projeto de Lei Orgânica dos Municípios. Num processo original, procuramos não só a consulta, mas a verdadeira co-autoria desse diploma complementar, mediante audiências e reuniões públicas com as lideranças dos prefeitos e vereadores de todo o Paraná. A Lei que se está atualizando, então, terá uma legitimidade inusitada, porque feita em consonância com aquelas autoridades locais que se destina a regular.

Assim, inúmeros diplomas legais que foram gestionados nestes quase dois anos de mandato.

Entre as medidas adotadas para garan-

tir a autonomia do Poder Legislativo avulta a Emenda Constitucional n. 19, que reservou parcela dos recursos orçamentários para a cobertura das necessidades dos Poderes Legislativo e Judiciário. Porque só a autonomia financeira poderia permitir o funcionamento harmonioso e não subordinado, dos poderes constituídos.

Neste ponto, sentimo-nos gratificados em ressaltar o convívio com o Poder Judiciário, chefiado por esse magistrado, laborioso e respeitado, o Desembargador Alceu Conceição Machado, aqui representado pelo Desembargador Ronald Accioly. O conjunto de Poderes Constituídos do Estado, outrossim, se completa com a figura do Poder Executivo. No Paraná os Poderes do Estado - Legislativo, Executivo e Judiciário - É preciso proclamar, têm mantido o relacionamento mais ajustado para o cumprimento de sua destinação constitucional de promoção do bem geral do povo paranaense.

Esta convivência harmoniosa tem sido possível graças à postura do eminente Governador José Richa, mercê de sua liderança política conquistada nas urnas em pleito direto; e à sua experiência como homem do parlamento, tendo servido na Câmara Federal e no Senado da República.

Sua Excelência, aliás, nunca faltou no prestigiamento ao Poder Legislativo, honrando com sua presença - como o faz agora - os eventos de trabalho e as cerimônias solenes desta Casa do Povo.

Esperamos ter demonstrado, até aqui, que o Poder Legislativo só viceja em meio aos regimes democráticos. Democracia que pressupõe livre circulação de idéias, a partir de informações não controláveis, atualizadas e disponíveis para quaisquer grupos sociais. A imprensa, pois, em suas variadas formas de manifestação, é uma das principais expressões dos povos civilizados.

A batalha do Poder Legislativo que é também a Batalha da Democracia - muito deve à participação sempre pronta e oportuna dos órgãos de Comunicação Social. Por isso, destacamos nesta ocasião, a colaboração que com seus registros, suas advertências e mesmo suas críticas, nos prestam e prestam ao povo, os dirigentes e profissionais dos nossos jornais, televisões, rádios e revistas.

A festa de hoje não é só do parlamento; é também da Imprensa de nossa terra.

#### 6. CONCLUSÃO: O ESTADO DE DIREITO

Mas, Senhores, pouco adianta falarmos sobre conquistas parciais do Poder Legislativo do Paraná, se o Brasil não se transformar de fato, num Estado de Direito.

Como não adianta fingirmos - embalados pelas festividades ora promovidas - que ao longo destes 130 anos o Legislativo exis-

tiu. Existiu sim, mas não funcionou por lapsos de tempos diversos, durante os ocassos da liberdade no Brasil.

Aproveitemos, pois, esta hora solene, para nos fazermos uma pergunta e uma afirmação perante o povo do Paraná, que representamos.

A pergunta é a seguinte:

Será que o Brasil já está maduro como sociedade nacional, para existir fora da tutela de grupos políticos ou classes sociais que não representam o consenso da sociedade?

Tutela essa que, mesmo apoiada nas mais respeitáveis elites nacionais, se torna ilegítima quando não representa a expressão democrática da vontade da maioria.

Neste ponto, reside alto grau de risco, porque tais governantes acabam vinculando a sorte do País a prioridades externas - situação que a nosso juízo ocorre no Brasil de hoje - fazendo prolongar a dolorosa crise interna, na busca de um ajustamento externo que os melhores talentos e a maioria do povo julgam mal conduzido, do ponto de vista da técnica econômica e da soberania nacional.

Não podemos, nem devemos, desmentir a liberdade do Brasil, porque ela foi forjada com rara inteligência por homens sábios como José Bonifácio, desprendidos como Osório, heróicos como o Bequimão.

Ainda mais, essa liberdade, o Brasil a conquistou com sangue nos campos dos Guararapes no alvorecer da nacionalidade; nos combates cruentos das coxilhas do Prata - já na fase média da afirmação nacional; nas lutas do povo immanado com seus defensores de armas na Bahia de 1822 e 23 - já no período derradeiro do ciclo da Independência.

O povo do Brasil conquistou, nesses eventos históricos, o direito de dirigir seu destino. Está maduro para a democracia.

Está e o proclamam solenemente as manifestações da vontade nacional, em quantas oportunidades ocorram - está pronto o povo para assumir o seu auto-governo. Bastam as demonstrações de pretendida auto-regulação sobre o povo. Partamos para o estuário natural da democracia, que é a eleição direta e secreta para todas as magistraturas, mas principalmente para a Presidência da República.

Só num regime democrático pleno vicejará o Poder Legislativo. Na União e nos Estados.

Quando foi chamado a consagrar um cemitério nacional onde haviam tombado milhares de concidadãos seus na sangrenta Guerra da Secessão, Abrahan Lincoln, o grande presidente dos Americanos do Norte, fez-se perguntas semelhantes a esta, sobre a possibilidade da sobrevivência do Gover-

no do povo. Foi há um século.

O gênio de Lincoln respondeu em poucas linhas, que a história guardou como os lapidares ensinamentos do discurso de Gettysburg.

Disse ele:

"Por mais que respondamos, por mais que falemos, não poderemos acrescentar nada ao que já falaram estes mortos. Com a sua vida eles afirmaram a verdade de que o Governo não desaparecerá da face da terra!"

Façamos nossa a afirmação de Lincoln, e proclamemos que está chegado o tempo da democracia neste Brasil.

Para o povo, tarda já a hora de se auto-governar, sem risco para ninguém mais do que para si próprio, seguro de que o fará melhor do que os pretensos iluminados de hoje, cuja obra desmentiu as intenções do passado e compromete as promessas do futuro.

Nessa hora da democracia haverá de ressaltar no horizonte a figura do Poder Legislativo, em sua função tríplice de legislar, representar e fiscalizar em nome do povo, pelo consenso do povo e para o bem do Povo do Paraná."

Muito obrigado. (Palmas).

Esta Presidência tem a elevada satisfação de proceder à entrega de placas alusivas aos 130 Anos do Poder Legislativo do Estado do Paraná, aos Excelentíssimos Senhores Deputados Constituintes de 1947, e, também à nossa querida Professora MARIA NICHOLAS.

Pediria que os Constituintes, ao serem chamados, subissem até a Mesa para receber a nossa homenagem.

Tenho o prazer de convidar o Senhor ALCIDES PEREIRA JÚNIOR, representado por seu filho, Doutor ALCINDINO BITTENCOURT PEREIRA. (Palmas). (Entrega-se a Placa).

Excelentíssimo Senhor Deputado Constituinte ALDO LAVAL. (Palmas). (Entrega-se a Placa).

Excelentíssimo Senhor Deputado Constituinte ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO. Solicito ao Senhor 1.º Secretário, Deputado Dirceu Manfrinato, que faça a entrega no local, porquanto Sua Excelência está impossibilitado de até aqui subir. (Palmas).

Excelentíssimo Senhor Deputado Constituinte ANTÔNIO LUSTOSA DE OLIVEIRA. (Palmas). (Entrega-se a Placa).

Excelentíssimo Senhor Deputado Constituinte ERNANI BENGHI, representado por seu filho Doutor Ernani Gomy Benghi. (Palmas). (Entrega-se a Placa).

Excelentíssimo Senhor Deputado Constituinte JOSÉ ALVES BACELAR. (Palmas). (Entrega-se a placa).

Excelentíssimo Senhor Deputado Constituinte JOSÉ MACHUCA. (Palmas). (Entrega-se a Placa).

Excelentíssimo Senhor Deputado Constituinte JÚLIO ROCHA XAVIER. (Palmas). (Entrega-se a Placa).

Excelentíssimo Senhor Deputado Constituinte LAURO GENTIL PORTUGAL TAVARES. (Palmas).

Senhor Deputado Constituinte PEDRO FIRMA NETO. (Palmas).

Senhora Professora MARIA NICHOLAS: (Palmas).

Nós faremos a entrega dos prêmios do Concurso de Monografias aos candidatos selecionados ao concurso instituído por esta Casa, por uma Comissão julgadora externa, constituída pelo Decreto n.º 157/84, e integrada por pessoas representativas da cultura paranaense, tendo sido os resultados homologados pela Comissão Executiva desta Assembléia Legislativa.

Solicito ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, Digníssimo Governador do Estado para que proceda a entrega do diploma correspondente ao primeiro lugar, no Concurso de Monografia instituído por este Poder Legislativo ao Senhor Francisco Tomaz Quadros. (Pausa). (Palmas).

Solicito ao Excelentíssimo Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Digníssimo Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado para que proceda a entrega do diploma correspondente ao segundo colocado do Concurso de Monografia instituído por este Poder Legislativo ao Senhor Luiz Fernando Fedger. (Pausa). (Palmas).

Solicito ao Excelentíssimo Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, 1.º Secretário para que proceda a entrega do diploma à terceira colocada neste concurso, Senhorita Tuyako Idehara. (Pausa). (Palmas).

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senhor Deputado Francisco Escorsin.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN - Senhor Presidente, Senhor Governador, Senhores Deputados, demais autoridades, meus Senhores e minhas Senhoras.

"Neste dia especial em que a Assembléia Legislativa no Estado do Paraná está comemorando os 130 Anos de Vida Parlamentar, sinto-me honrado e muito orgulhoso de ser convidado para falar como Deputado decano desta Casa de Leis.

Aqui estou já há vinte e dois anos, um período de rica experiência, marcado por tão profundas agitações e transformações.

Éramos então, quarenta e cinco Deputados naquela Quinta Legislatura que se iniciava em 1963. Deles, apenas eu e o nobre Deputado Anibal Khury, aqui estamos, muitos seguiram outros passos, tantos já se

foram. Neste evento, quero tributar saudosas homenagens póstumas aos meus colegas que tombaram em meio à luta. Deputados Acyr José, Agnaldo Pereira Lima, José Afonso, Luiz Gabriel Sampaio, Nilson Baptista Ribas, João Leopoldo Jacomel, Benedito Lúcio Machado, Domício Scaramela e David Federman, tão cedo arrebatados do convívio legislativo, a quem rendemos o nosso preito de saudade.

Sem esquecer de homenagear aqueles Deputados que já serviram este Poder, os funcionários desta Casa que prestaram e prestam relevantes serviços nos Gabinetes Parlamentares e na Administração deste Poder Legislativo, desde o mais humilde até o mais alto funcionário, porque todos na minha concepção, são indispensáveis para o bom funcionamento da dinâmica legislativa.

Hoje, contemplo nosso Paraná e volto o pensamento àquele início da década de 60, em que o Estado, sofrendo então profundas carências, sem comunicações, sem energia elétrica, sem estradas que permitissem o fluxo normal de pessoas e mercadorias, sem escolas.

A população vivendo o risco permanente de surtos epidêmicos. A economia ainda extremamente dependente do café, o Paraná, como principal produtor brasileiro, respondia com quase um terço da produção mundial.

Aqui cheguei, com a bagagem dos meus trinta e oito anos, após ter sido Prefeito Municipal de Assaí, com uma fé ilimitada no futuro deste Estado.

Procurei nestes longos anos de vida parlamentar, ser um autêntico delegado das aspirações populares, das regiões que represento, para isso não medi esforços e sacrifícios sobre-humanos, para corresponder à confiança popular. Atendendo minha própria índole, dei prioridade máxima no atendimento aos menos favorecidos pela sorte, diminuindo seus sofrimentos dentro de minhas limitações pessoais e possibilidades ao meu alcance.

Lá onde existe um sofrido, humilhado e injustiçado, estou e estarei sempre, batalhando por seus direitos, pois, todos são iguais em dignidade e direitos.

Orgulho-me de ter vivido os momentos tão cruciais, quando o Paraná empreendia uma experiência nova, procurava modernizar-se, vencer as amarras que impediam o seu crescimento. Tínhamos então uns duzentos quilômetros de asfalto. A maior parte da energia ainda provinha de conjuntos diesel geradores.

Vivíamos, então, a época da descoberta, os irmãos gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, nordestinos, enfim de todas as partes corriam em direção às terras paranaenses, rompendo barreiras, empurrando a civilização para os ermos desta

região de terras tão dadas. Explodia o Paraná, demograficamente. Era a conquista do norte novíssimo, do noroeste, do oeste e do sudoeste enquanto as sombras do inconformismo e do anarquismo rondavam os céus do País.

Jânio havia renunciado à Presidência da República; implantara-se o parlamentarismo, a Nação foi levada ao plebiscito que redundou na volta do presidencialismo, ou melhor ao populismo de Goulart. Até que a agitação social descambou no movimento de março de 1964.

Falei em rica experiência, aqui vivida. O passar dos anos, do tempo encobre as particularidades e as nuances, pondo em evidência apenas os macro momentos da história, turbando a agitação que se processa sob a tona. Mas, nós aqui a vivemos intensamente, em cada momento desta página de nossa história. Muitos dos que aqui estão são filhos políticos dessa época. São vinte e dois anos de história que tive o privilégio de viver, de participar e de contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo no Paraná.

Sem dúvida, avançamos bastante. O Paraná já não é mais somente monocultor de café.

Viveu o Estado, tensão política, pressões e incompreensões. Mesmo diante disso tudo este Poder, pelos seus membros, não perdeu a dignidade; portou-se à altura dos acontecimentos, saindo fortalecido dos episódios vividos.

Estou neste Parlamento, lutando pelo povo paranaense, graças a uma grande chama que me anima e me impulsiona para a frente. Deus, colocou este Poder em minhas mãos, para que sirva como instrumento de luta, no combate das injustiças sociais que atingem aos mais fracos.

Porque poucos entendem que na atual conjuntura constitucional, houve uma alteração profunda diante dos atos institucionais, vigentes a partir de 1964 e extintos pelo Programa de Abertura, assinado pelo atual Presidente da República, em que o parlamentar se viu transformado de Legislador para Homologador do Poder Executivo.

Nesta hora de intenso reclamo político, a Nação carece de políticos atuantes, que não se deixem levar facilmente, mas, que vivam os acontecimentos encaminhando, dirigindo os fatos e ações numa ação dialética, firmes no direito e obrigação que faz de cada um dos membros desta Casa, cidadãos paranaenses.

Neste momento de crise política em que a Nação se depara, quando ocorre uma transição do regime de exceção para a plena democracia, é preciso que nós parlamentares e políticos sejamos convictos nas proposições. Deve prevalecer o bom senso, a prudência, para que os nossos sonhos



possam se transformar, na realidade de uma plena democracia, reclamada por todos.

O Parlamentar deve se conduzir, não sob o prisma de interesses pessoais ou de grupos, mas, sim, no interesse da coletividade que representa.

Neste dia, roguemos a Deus que possamos sempre caminhar de cabeça erguida, pelo dever e missão cumpridos, no atendimento à família paranaense que tanto confia nos parlamentares, que por aqui passam. Saibamos honrar nossos mandatos, para registramos com brilho e glória nossa passagem nesta Casa, legislando e homologando para bem solucionar os problemas do Paraná.

Agradeço as palavras de homenagem do Senhor Presidente, e muito me orgulho ser delas merecedor, e as transiro a todos os integrantes deste Poder, porque sem o auxílio de todos, nada se poderia fazer. Estendo-as também em agradecimento ao povo, meus eleitores, amigos fiéis que mantiveram-me e mantêm-me nesta Casa durante vinte e dois anos, porque sabem que não desmerecerei a confiança depositada.

Aproveito o ensejo, para fazer uma menção honrosa ao Presidente Deputado Trajano Bastos, que com sua sapiência, tem sabido presidir esta Casa, ora sanando seqüelas, ora com seu trabalho profícuo dinamizando este Poder Legislativo.

Faço também um chamamento à União Nacional, para rever os fundamentos das nossas instituições políticas, em busca das transformações estruturais, realmente desejadas pela sociedade, num ambiente de ordem e tranqüilidade, sem radicalismo e demagogia. A própria história brasileira é um exemplo vivo dos acontecimentos ocorridos, desde o descobrimento, a monarquia, o império e, finalmente a República.

Neste evento significativo dos 130 Anos do Poder Legislativo, nossas profundas e sinceras homenagens ao povo que construiu e constrói este Paraná de todos nós"

Muito obrigado. ( Palmas ).

O SR. PRESIDENTE ( Trajano Bastos ) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Constituintes de 1947, minhas Senhoras e meus Senhores.

"Constitui, para mim, uma grande honra estar entre os parlamentares que compõem esta Casa, na oportunidade em que se comemoram os 130 Anos da instalação do Poder Legislativo no Paraná.

Hoje, ao soarem as campainhas desta sessão solene, duas grandes evocações assomaram-me ao espírito, irrefreavelmente.

Parece-me que as vibrações distantes de 12 de julho de 1854 vêm aqui ecoar, para cobrir 130 Anos de História, de Joaquim José Pinto Bandeira a Trajano Bastos, história gloriosa, erguida nos ombros do Poder Legislativo do Paraná.

Por outro lado, transporte-me também à minha formação política. Cedo comecei, já com a felicidade de acompanhar a elaboração da Constituição de 1947, justamente um desses raros, gratificantes e inextinguíveis momentos da vida parlamentar. Conheci homens insígnies, paranaenses que fulguram na galeria dos Presidentes desta Instituição, em cujos nomes presto uma homenagem a todos que presidiram esta Casa: João Chede, Lartez Munhoz, Guataçara Borba Carneiro e Accioly Filho, de saudosa memória.

João Chede - Presidente da Constituinte - um espírito equânime, coordenador: bom senso presidindo, orientando, catalizando as aspirações legítimas brotadas no curso histórico-cultural do nosso Estado.

Laertez Munhoz - Expressão fascinante da cultura jurídica do nosso Estado, fluente e capaz, marcou indelevelmente o lúcido e profícuo exercício de sua gestão.

Guataçara Borba Carneiro - Da estirpe dos pioneiros, formado na universidade da vida; intrépido defensor dos reclamos populares e dos interesses paranaenses, mormente da valorosa gente dos Campos Gerais do Paraná.

Accioly Filho - Enquanto Deputado Estadual soube colocar seu devotado espírito público a serviço da afirmação desta Casa e deste Estado. Sua inteligência e sua cultura projetaram relevantes serviços às letras e aos códigos jurídicos do País e justificaram no Congresso Nacional, onde hoje se vê a "Sala Accioly Filho", que é a sala do Comitê de Imprensa do Senado da República, homenagem das mais significativas porque representa a opinião dos que formam a opinião pública.

Seu sentido, seu significado, haveriam de marcar-me profundamente e orientar, definitivamente, os passos de minha vida política. Permito-me, pois, nesta data solene, tributar minhas homenagens àqueles Deputados que tiveram a nobre missão de elaborar a Constituição de 1947, já que posso testemunhar quanto foram úteis e valiosos para a sociedade paranaense os frutos dessa atividade culminante, a mais alta da vida parlamentar dos Estados e de uma Nação verdadeiramente democrática.

Hoje, de retorno a esta Casa, e na condição de decano da bancada do meu partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, falo com o mesmo entusiasmo e com a mesma crença inabalável nos superiores e nobres desígnios desta Casa, de ser a legítima guardiã da democracia, o último bastão da liberdade, a oficina onde se

forja o desenvolvimento e o bem comum do povo paranaense.

E justo, Senhores Deputados, num momento difícil da vida política nacional, diante da perplexa sociedade contemporânea e de um Brasil açoitado por graves problemas econômicos, políticos e sociais, difícil, mas empolgante, porque participamos de uma grande decisão: a de colaborar para que perdure uma situação ultrapassada, em decadência ou, ao contrário, formar posição em torno de um futuro melhor, na certeza de que está próximo o raiar de um Estado plenamente justo e democrático.

Hoje, mais do que nunca, devemos ressaltar que o alcance e o significado das Assembléias Legislativas, como do Congresso Nacional, extrapola, se me permitem, a ordenação jurídica do Estado, como unicamente uma Casa Artífice de Leis. Vai mais além e vai mais alto, pois, se constituem, como disse, na alma singela da democracia, a verdadeira expressão da representação e do exercício democrático. O Executivo pode hipertrofiar-se, daí o totalitarismo e o autoritarismo. Por essa via, pode-se amputar-se o Judiciário, desvirtuar-se, desfigurar-se. As Assembléias Legislativas, entretanto, ou deixam de existir, sob guante da tirania, ou existem plenamente, quando o povo é livre, quando a Nação é livre. O parlamento, quando cai, cai como Sansão: Agarrado às colunas do templo, arrasta consigo a Constituição, a democracia, a liberdade do povo.

Poder desarmado, o Legislativo é o mais representativo da sociedade democrática.

Embora neste caminho ainda nos falte muito, podemos afirmar que as comemorações dos 130 anos da instalação do nosso Legislativo se faz uma perspectiva alvissareira, em que se vislumbra, por indicações sérias, a restauração do prestígio do Congresso e das Assembléias Legislativas. É a emergência do novo estilo, oriundo das condições objetivas da sociedade brasileira, de forma gradativa e segura, amalgamado no consenso nacional, através da ação e do debate parlamentar.

Ao legislar, cabe-nos por isso a missão inamovível de observar os clamores do povo, o bem da sociedade, os altos interesses do Estado.

Casa política por excelência, nela aprendemos que, acima de qualquer ideologia, de qualquer posição partidária, devemos buscar um denominador comum, capaz de unir, e não posições apriorísticas que nos desagreguem e nos distanciem da solução dos problemas, dos anseios, das esperanças daqueles que nos entregaram a missão de por eles legislarmos.

Nessa emergência da vida política do nosso País, desejo agir como tenho feito

através dos longos anos de minha atuação política: com serenidade, discernimento e firmeza.

Diante da sucessão presidencial, que preferimos fosse pela via direta, com a participação do povo, ansioso por voltar a escolher o supremo mandatário da Nação - diante da sucessão presidencial, cumprirei o meu dever, comparecendo ao fórum estabelecido, para dar meu voto em favor do restabelecimento pleno da democracia neste País, seguindo as diretrizes do meu partido.

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Quero louvar a iniciativa do nosso Presidente Trajano Bastos e da Comissão Executiva de comemorar os 130 anos de instalação do Poder Legislativo no Paraná, Vossa Excelência, Senhor Presidente, a par do descortínio e eficiência com que vem presidindo todas as atividades desta Casa, Vossa Excelência assinala mais esta expressiva contribuição, que vem somar-se a outras conquistas efetivadas, como a autonomia financeira da Assembléia.

Realmente é oportuno lembrar que esta Casa se insere, com muito vigor, na história política e cultural do nosso Estado. Nos momentos mais difíceis da trajetória política destes 130 anos, a Assembléia Legislativa do Paraná soube portar-se à altura das aspirações do povo paranaense. Representantes de todas as Regiões, das mais variadas tendências políticas, os Deputados que tiveram e têm assento nesta Casa souberam honrar os seus mandatos, cumprindo-os com proficiência e dignidade.

Decano dos parlamentares do meu partido, eu que, jovem, ingressei nesta Casa, renovo meu juramento de bem servir ao meu Estado e ao meu povo; de lutar sempre pelos mais altos princípios democráticos, de forma a que possamos todos, através dos nossos debates, realizar sempre o bem comum do homem paranaense.

Nesta hora em que o País caminha para uma definição quanto ao seu futuro, renovo também minhas esperanças de que o amanhã será melhor.

Os edificantes exemplos do passado nos servirão de guia. São vozes talentosas, idealistas, altaneiras, que, desde há 130 anos, não se fazem ouvir em vão, do alto desta tribuna."

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, Líder da Bancada do Partido Democrático Social, nesta Casa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Excelentíssimo Senhor Deputado Trajano Bastos, Presidente deste Poder; Excelentíssimo



Doutor José Richa, Digníssimo Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente em exercício do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Capitão de Fragata, Ronald Cardoso Guimarães, Capitão dos Portos do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Coronel-Aviador José Flávio Celes-tino, Comandante do Projeto SINDACTA II; Excelentíssimo Senhor Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Estado do Paraná; Excelentíssimo Deputado Maurício Fruet, Digníssimo Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimos Senhores Deputados componentes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Deputados Constituintes do Paraná: Aldo Laval, Professor Antônio dos Santos Filho, Antônio Lustosa de Oliveira, Hélio Setti, José Alves Bacelar, José Machuca, Júlio Rocha Xavier, Lauro Gentil Portugal Tavares, Pedro Firman Netto e Doutores Alcidi-no Pereira Filho e Alcides Pereira Júnior e Ernani Gomi Benghi, filho de Ernani Benghi; Senhores Secretários de Estado; meus Senhores e minhas Senhoras.

"As comemorações dos 130 anos da As-sembléia Legislativa do Estado do Paraná. constituem ótima oportunidade para o nosso povo festejar uma herança de glórias e saudades; reverenciar o passado construtivo que inspira o presente e ajuda a projetar o futuro grandioso desta gente obstinada pelo trabalho, que está a impe-lir a pujança paranaense, secundando o es-forço nacional para impulsionar o progres-so brasileiro.

São cento e trinta anos de esforços, de sacrifícios e de devotamento ao bem co-mum, num trabalho persistente de expressão da verdade de que o Poder Legislativo é o grande e dominante Poder em todo Governo livre.

O povo paranaense recorda a atividade laboriosa de homens dotados de espírito público que, em suas construções, souberam colocar-se acima dos egoísmos ou das res-tritas conveniências de grupos, que tentam sobreviver contra os interesses verdadei-ros e permanentes do povo brasileiro.

A luta do Legislativo paranaense se identifica com a luta comum de todos os Legislativos, de que está repleta a histó-ria dos povos que optaram pelo voto como forma de legitimação do Poder. É princi-palmente uma luta assinalada pela presença permanente daquilo que Montesquieu asseve-rava ser uma experiência certa de que todo homem que detém o poder tende a dele abu-sar, e oferecia, como preventivo a essa tendência, esta fórmula: "para que não se possa abusar do Poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o Poder freie o Po-der".

No "Espírito das Leis", ao tratar a Constituição da Inglaterra, Montesquieu recomenda o sistema de duas Câmaras como freio interno do Poder-Legislativo, en-quanto fala do veto do Executivo como freio desse poder, e traça as linhas mes-tras do "impeachment".

O sistema de freios e contrapesos do Poder - única expressão prática da separa-ção dos Poderes - significa que cada Poder possui a essência das atribuições que, pe-la natureza ou conteúdo do seu próprio no-me, lhe deveria pertencer, mas exercita, ao mesmo tempo, algumas atribuições que, pela matéria, seriam dos dois outros Pode-res. Isso significa que o Legislativo não se limita a fazer leis. O Executivo não se cinge às tarefas administrativas. Nem o Judiciário se restringe a prolatar senten-ças. Por isso, a divisão orgânica dos po-deres não coincide com uma divisão mate-rial das tarefas de uma organização polí-tica. O Legislativo, ao mesmo tempo que legisfera, executa atos administrativos, como, por exemplo, o de nomear os funcio-nários de sua secretaria, e pratica fun-ções judiciárias, quando se transforma em tribunal de "impeachment". Por sua vez, o executivo, ao lado dos seus encargos admi-nistrativos, participa na elaboração le-gislativa, através da iniciativa dos pro-jetos de lei, do veto ou da sanção, além de baixar regulamentos que, materialmente, são peças normativas e detêm um resíduo de poder judiciário quando comuta ou indulta penas. O Judiciário, por seu turno, além de julgar os litígios, exerce papel legis-lativo, quando os tribunais elaboram os seus regimentos internos, e age como exe-cutivo quando nomeia os funcionários de sua secretaria ou realiza medidas preven-tivas em proteção dos menores.

Todos esses Poderes estão hoje mais entrelaçados todavia, em nosso País, o que se observa é a gradual tendência para o enfraquecimento do legislativo, que resul-ta de múltiplos fatores que acabaram por desaguar na concentração executiva, pende em risco a divisão dos Poderes. Pode-se afirmar que muitos dos males de que hoje padecemos, decorrem do recrudescimento da crise do Poder Legislativo, acentuada pe-las incompreensões daqueles que não querem reconhecer no parlamentar a sua condição de homem de Estado; incompreensões daque-les que não respeitam a organização dos partidos políticos; incompreensões daque-les que não desejam se submeter à organi-zação do Poder de controle, que constitui a função principal do legislativo atual, porque cabe a esse Poder, resistindo a to-das as pressões, a responsabilidade polí-tica de combater com vantagem os agentes perniciosos enquistados na máquina do Es-tado para arruiná-la por intermédio do

conluio sinistro entre a negligência, a desonestidade e a incompetência.

Na lição do mestre João de Oliveira Filho, quando ensina sobre o Legislativo como Poder autêntico, é enfatizado o direito investigatório do Congresso como implícito no Poder de legislar.

É direito que qualquer Casa do Congresso tem de investigar fatos determinados, ensina o grande mestre, acrescentando que o direito de investigar, que os legisladores têm "quer sejam do Congresso Federal, das Câmaras Estaduais ou das Câmaras Municipais", é indiscutível, reconhecido em todos os países de organização democrática.

Não foi outra, também, a lição do extraordinário liberal que foi Milton Campos, quando enfatizou que os Parlamentos estão hoje abafados pela complexidade e tecnicidade dos problemas de governos dominados pelo executivo e seus tecnocratas, importando, sem dúvida, salvaguardar os direitos da oposição e de todas as minorias, para que o legislativo cumpra a sua grande missão, inerente a todas as Assembléias, que é fiscalizar o Governo, além de legislar. E os autores do Direito Constitucional são unânimes na afirmativa de que as fontes do direito de investigar são de natureza costumeira, legal ou constitucional. E essa ação investigadora há de revestir-se de poderes compulsórios contra as pessoas ou entidades investigadas.

Já o Presidente Woodrow Wilson sentiu que investigações da administração eram substancialmente importantes por seus efeitos sobre a opinião pública. A função de investigar do Congresso seria mesmo mais importante que a sua função legislativa, observou aquele Presidente norte-americano: "O argumento é que não somente a administração questionada e interrogada é a única pura e eficiente administração, senão que, mais do que isto, o único povo realmente autogovernável é aquele que discute e interroga sua administração".

E não tem sido outro, nos tempos recentes, o procedimento dos membros desta Assembléia que está a comemorar os seus cento e trinta anos de existência. Felizmente, os legisladores paranaenses, em todos os tempos, sempre tiveram presente que é o Poder Legislativo o poder político por excelência, congregando em seu corpo, a vontade popular que se expressa especialmente na fiscalização do governo e na elaboração das leis. Podemos-nos orgulhar da responsabilidade de nossos legisladores. Pode-se dizer que, em todos os tempos, e aí estão os Anais desta centenária Casa para confirmar, que nossos legisladores sempre atuaram com a exata noção daquilo que nos transmite muito bem Paulino Jac-

ques, na sua linguagem de cientista do Direito, ao manifestar que "a teoria da responsabilidade, em matéria política, embora não se confunda com a da limitação dos Poderes, dela muito se aproxima, porque, na verdade, é a sanção dessa limitação".

Na realidade, a responsabilidade política é imprescindível para que se efetive o império da lei e a manutenção da ordem pública. Daí decorre a necessidade de responsabilizar as pessoas que lidam com a coisa pública. E foi na Velha Albion que veio o modelo inglês do "impeachment", que constitui importante conquista do Parlamento contra o absolutismo monárquico, embora não atingisse diretamente o Rei.

Podendo aplicar-se a qualquer súdito, admitia o "impeachment" penalidades políticas, civis e criminais.

Segundo a história das idéias políticas, coube a Montesquieu estabelecer a premissa de que "quando o Poder Legislativo e o Poder Executivo estão reunidos na mesma pessoa ou no mesmo corpo da magistratura, não há liberdade, pelo temor de que sejam elaboradas leis tirânicas, e tiranicamente executadas". Por isso, enunciou, como princípio, a tripartição dos Poderes do Estado. E Locke, que distinguiu o Poder Legislativo, o Executivo e o Federativo, transmitiu-nos que o Poder Legislativo desempenha a função de estabelecer como se deverá utilizar a força da comunidade no sentido da preservação dela própria e de seus membros: É o poder supremo, "o poder de todos os membros da sociedade confiado a uma pessoa ou a uma Assembléia", e que não deve "governar por decretos arbitrários", mas por "leis permanentes".

Mas, as transformações do Estado, sobretudo depois da Primeira Grande Guerra, ampliando os deveres da administração, têm concorrido para alterar a competência do Poder Legislativo, que perde, crescentemente, parcelas de sua função normativa para o Poder Executivo. Um estudo comparativo, promovido pela Union Parlementaire, abrangendo as instituições representativas de quarenta e um países, entre os quais o Brasil, concluiu que "o antigo esquema, que identificava o Legislativo ao Parlamento, parece, hoje, perempto. A iniciativa em matéria legislativa e financeira escapa-lhe parcialmente; a prática da delegação de poderes contribui para restringir seu papel no domínio da lei. Mas, ao mesmo tempo, as prerrogativas das Assembléias deslocam-se para a esfera do controle da atividade governamental. O Governo prevê e dirige; o Parlamento limita, aprova, desaprova, fiscaliza".

Num alentado estudo sobre o Poder Legislativo, o Senador Josaphat Marinho observa que, contudo, o Legislativo mantém,

no mecanismo do regime representativo legítimo, a competência normativa geral. Cabe-lhe elaborar as regras essenciais, as que definem a índole da ordem jurídica. E para tanto, para que a Assembleia Legislativa do Paraná continue sendo motivo de orgulho das mais caras tradições do nosso povo, para que continue tendo vida harmônica com o Executivo e o Judiciário, como tem ocorrido até agora, evoco as palavras de George Petty, impressas no seu livro "Lex Parlamentaria", publicado no longínquo ano de 1690, porém tão atuais como se tivessem sendo vistas hoje no moderno vídeo texto da era eletrônica:

"Nada deve ser tão caro às Comunas da Grã-Bretanha, como um Parlamento livre, isto é, uma Câmara dos Comuns livre e independente em todos os sentidos; livre em suas pessoas; livre em suas propriedades; livre em suas eleições; livre em seus escrutínios; livre em suas reuniões; livre em seus discursos, debates e resoluções; livre para queixar-se dos delinquentes; livre em sua perseguição aos delitos; livre, portanto, de qualquer temor ou influência dos outros, por poderosos que sejam; livre para defender-se das invasões do poder arbitrário; livre para proteger a liberdade dos súditos, e, sem embargo, livre para destinar uma parte dessas propriedades, quando for necessário, ao serviço público".

Que assim seja a Assembleia Legislativa do Paraná. Uma Assembleia livre, de um povo que quer ser sempre livre. São os votos da Liderança do PDS e da Bancada de Oposição quando se comemora os cento e trinta anos desta Assembleia."

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Em nome da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Excelentíssimo Senhor Trajano Bastos, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Excelentíssimo Senhor José Richa, Digníssimo Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Milton Campos, representante de Sua Excelência o Senhor Nestor Jost, Ministro de Estado da Agricultura; Excelentíssimo Senhor Capitão de Fragata, Ronald Cardoso Guimarães, Capitão dos Portos do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Coronel-Aviador José Flávio Celestino, Comandante do SINDACTA II; Excelentíssimo Senhor Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Estado do Para-

ná; Excelentíssimo Senhor Maurício Fruet, Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, 1.º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Jorge Maia Filho, 2.º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Senhores Deputados Constituintes de 1947; Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado do Paraná; Senhores Secretários, Senhores Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras, jovens aqui presentes.

"Mesmo participando do mundo político, nós temos que ser o expectador mais atento dos problemas do universo. Ninguém, a qualquer pretexto, pode se isolar das condições gerais, como imposição histórica. É um conjunto de filosofias que contribuem para edificar novos estilos de vida e, olhando esse panorama, até que podemos confessar um certo otimismo, pois, somos entusiastas do progresso político e social que se possa conquistar.

Entretanto, na época em que vivemos, onde o reflexo da situação internacional se acentua na economia do Terceiro Mundo, onde a distribuição da riqueza é determinada por um capitalismo insensível às necessidades de sobrevivência, onde a arrancada comra a servidão e a autodeterminação dos povos ainda é entravada por filosofias colonialistas; onde o ateísmo político conquista mais espaços, o problema da subsistência continua assustadoras, seja pela produtividade insuficiente, seja pela exaustão, seja pelo latifúndio, a fome poderá se tornar mais devastadora até do que a própria guerra.

O panorama brasileiro é sombrio. As medidas não podem perdurar por mais tempo no campo da tecnocracia, aliada ao interesse de permanência no poder, ou mesmo pela falta de preparo dos nossos homens públicos. Há que ser acentuado, entretanto, que a capacidade, a inteligência, a firmeza de propósito e de opinião, não são pré-requisitos das elites formadas em universidades e academias. A sensibilidade política e humana não é cadeira curricular das universidades superiores, e sim, mesclado e doutorado no cadinho da vida.

Como discutir os espaços políticos a serem ocupados? Eles existem nos compêndios doutrinários e filosóficos, expressos e determinantes, de acordo com a corrente a que pertençam. Todavia, suas aplicações necessitam de outras medidas de ordem legal, de ordem constitucional.

O Congresso Nacional não goza de imunidades para ter iniciativa e para tecer críticas, embora a representação mereça e necessite desses privilégios. Temos que desmantelar toda essa legislação com que o autoritarismo construiu a sua legalidade

para impor sua ordem na sociedade civil. Isto é imperioso.

A inteligência tem este compromisso, e não pode calar. A palavra é a mais nobre das faculdades do homem e não pode morrer na garganta.

Na realidade, o que se comenta nos dias de hoje, como valorização do Legislativo, é uma simples reposição daquilo que nos foi tirado.

Apesar das prerrogativas do Poder Legislativo, contidas na Carta Constitucional de 1946, não atingirem a plenitude de emancipação e independência, serviram de plataforma para alcances mais altos que o que nos foi imposto em 1967, suprimido em 1969, por elaboração de renomados juristas, especializados em outras táticas do que as jurídicas ou políticas.

Portanto, para se falar em valorização, ter-se-ia que, primeiro, retornar aos contidos na Carta Magna de 1946, para daí então, valorizar o Poder Legislativo. No presente momento histórico em que vivemos, estamos adjetivando a reposição de direitos com o nome de valorização.

Intrinsecamente, o Poder Legislativo já possui o seu valor bem determinado, desde o Império Romano, onde, apesar da figura soberana e plenipotenciária do imperador, o Senado tinha papel preponderante na vida política de Roma.

Nossas memórias e nossos olhos ainda refletem as imagens gigantescas do povo brasileiro, nas ruas, nas praças, em turbilhão, conscientemente clamado por ELEIÇÕES DIRETAS, pela convicção e certeza delas trazerem em seu bojo, mudanças mais profundas, e, dentre elas, a consolidação da interdependência dos Poderes, da reposição de prerrogativas, de reorganização da sociedade e, acima de tudo, de maior respeito à pessoa humana, fundamento milenar o primeiro de todas as leis.

Acredita-se que, mesmo sendo Governo, o Legislativo, na sua maioria dominante, deva se abster dos interesses individuais e partidários e votar em consonância com a vontade popular, pelo menos em respeito à delegação de representação que lhe foi outorgada.

Outro aspecto a ser observado é a plenitude do Legislativo no contexto global, onde as prerrogativas são íntimas perante a responsabilidade assumida junto à sociedade que representa.

Como se analisar o fato da impossibilidade do Poder Legislativo legislar em matéria tributária ou que possa bulir em dispositivo de pessoal. Ora, os postulados legais são unânimes em esclarecer quais as medidas jurídicas que podem ser aplicadas quando uma lei é inconstitucional ou lesiva aos interesses públicos.

Não se pode impedir a iniciativa de

qualquer parlamentar, pelo simples fato de que a Constituição prevê a competência do Executivo para o mister.

Se esta atual Constituição tivesse sido elaborada por constituintes eleitos pelo povo brasileiro, não haveria porque reclamar, e sim, por modificar.

Mas, na atual realidade, onde se sabe que sua formação foi elaborada na retaliação de interesses despóticos e autoritários, também não há que se reclamar ou modificar, e sim, agasalhá-la com a mortalha própria dos féretros e, sobre os seus despojos, convocar uma Nacional Constituinte.

Aí, então, promoveremos o soerguimento do Legislativo em toda a sua amplitude, com toda a sua grandeza, com todos os direitos que a história lhe delegou durante o transcurso da sua existência.

Comemora-se cento e trinta anos do Legislativo paranaense, em um momento histórico político dos mais auspiciosos. Momento em que percebemos as possibilidades de alcançarmos a plenitude do Estado democrático.

Que esta Assembléia Legislativa, onde por certo campeia o espírito de ilustres parlamentares em cento e trinta anos de história, revigore-se cada vez mais, para como nascedouro legítimo das leis de nosso Estado, possa com equidade e altruísmo fazê-las com justiça, merecendo assim, o respeito de nossos contemporâneos.

As prerrogativas do Parlamento estão intrinsecamente ligadas com a qualificação dos parlamentares; não são dádivas de nenhuma esfera, pois, são desafios e, por consequência, conquistas que nos cabem re-tornar.

Que em nossos Anais sejam fielmente retratados os tempos que vivemos, para que o futuro nos faça justiça, assim como nós nos quedamos em espanto ou respeito aos erros ou acertos do passado.

Em nome da Liderança do PMDB, queremos transmitir a todos os parlamentares, com assento nesta Casa, nosso regozijo e felicitações por estarmos dando continuidade à história política de nosso Estado, na certeza de que nossa geração pode contribuir para o aprimoramento de nossas instituições.

Que esta Casa, pela postura de seus pares, mereça cada vez mais o respeito dos paranaenses! Respeito que ora devotamos aos ex-Parlamentares e principalmente aos constituintes de 47 símbolo vivo do vigor e plenitude deste Poder".

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Constituinte Júlio Rocha Xavier, que falará em nome dos Deputados Constituintes de 1947.

O SR. JÚLIO ROCHA XAVIER - Senhor Presidente, nobre Deputado Trajano Bastos, Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly, representante do Poder Judiciário; Excelentíssimo Senhor Capitão de Fragata, Ronald Cardoso Guimarães, Capitão dos Portos do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Coronel Aviador José Flávio Celestino, Comandante da SINDACTA II; Excelentíssimo Senhor Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Fruet, Digno e Operoso Prefeito Municipal de Curitiba; Senhores Secretários de Estado; Deputado Euclides Scalco, Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná; Excelentíssimo Senhor Doutor Bruci, Digníssimo e Diligente Secretário da Segurança; Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Dalcanalle, Secretário das Comunicações; Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Cordoni Júnior, Digníssimo Secretário da Saúde; Digníssima Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária da Educação; Digníssimo Doutor Horácio Raccanello Filho, Secretário da Justiça; Senhora Professora Maria Nicholas; meus ilustres companheiros Constituintes de 47, Senhoras e Senhores. (Lê):

"É com a mais viva e singular emoção que assomo à Tribuna, para saudar a Vossas Senhorias pelo transcurso dos Cento e Trinta Anos desta Assembléia e ao mesmo tempo, agradecer as solenidades promovidas em homenagem aos Constituintes de 1947.

Ressoava ainda, o fragor das batalhas da Segunda Guerra, quando se iniciou em nosso País o processo de redemocratização.

Criaram-se os partidos políticos. Em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a Constituição Federal da República e em 12 de julho de 1947, era igualmente, promulgada a Constituição do Paraná.

A Constituição e mais do que simples ornadamento jurídico - representa a síntese dos princípios que um povo elege como fundamental. A Constituição é a expressão maior dos valores da cultura de uma nação.

Dai poderemos ressaltar os méritos da sociedade paranaense representada pelos integrantes da Assembléia Constituinte de 1947, e a significativas conquistas alcançadas e inseridas na Carta Magna, no campo social, econômico e político.

Assim foi que na época as mais legítimas e sentidas aspirações do nosso povo ficaram consagradas em dispositivos constitucionais.

Tais como:

- a) A extinção progressiva dos latifúndios improdutivos para condicionar o uso da propriedade ao bem-estar-social;
- b) incremento e amparo ao cooperativismo; instituição de crédito aos pequenos e médios agricultores, criadores e industriais;

- d) criação de redes de armazéns gerais, silos e frigoríficos;
- e) instituição de seguro, a baixo prêmio, contra secas, geadas, granizos, pestes e pragas;
- f) criação da Casa do Trabalhador;
- g) criação da Casa do Estudante;
- h) criação da Casa do Expedicionário;
- i) criação da Casa de Alfredo Andersen;
- j) desapropriação e encampação da Cia. Força e Luz do Paraná;
- k) subvenção às sociedades destinadas à beneficência, recreação e cultura dos trabalhadores.
- l) construção de casas populares.

Há que salientar o trabalho nobilitante, fecundado e patriótico dos meus nobres Colegas Constituintes de 47.

Dentre eles sobressai a figura do emmente Senhor Deputado Laertes Munhoz, exímio manejador do verbo, cuja eloquência era uma torrente de luz, que iluminava a todos. Foi um dos maiores Parlamentares que já passaram por esta Casa. E atentem bem: somos insuspeitos para falar das qualidades superiores e brilhantismo do saudoso e insigne Deputado Laertes Munhoz, membro da UDN, brigadeirista, e nós, homem de um só partido, o PTB, de Getúlio Vargas, éramos adversários políticos. Nunca porém, guardamos ressentimentos. Fala, pois, mais alto o nosso espírito de Justiça, foi que sempre fomos seguidores do pensamento de Sófocles, quando afirmava:

Nasci para compartilhar o amor  
e não o ódio.

Foram todos paladinos da democracia renascente. Todos contribuíram com preciosa parcela da sua inteligência privilegiada e devotamento patriótico.

Podemos destacar ainda, o espírito fulgurante do Deputado Accioly Filho; o emérito jurista Vieira Netto; o valor moral do Deputado José Machuca, que combateu pela democracia nos campos de batalha da Itália, na Força Expedicionária Brasileira nos embates jurídicos e doutrinários travados no Plenário desta augusta Assembléia, sempre a favor dos princípios de liberdade; o operoso líder popular, Deputado Aldo Laval, figura humana autêntica e valorosa; a integridade do Deputado João Chede, cuja intezeira de caráter era por todos reconhecida; o coração generoso do venerando Deputado Atílio Barbosa; a combatividade e o talento do Deputado Pinheiro Júnior; a cultura sólida, caráter austero do Deputado Antonio Lustosa de Oliveira; o acendrado espírito público do Deputado José Alves Bacelar; as peregrinas virtudes morais e cívicas desse notável político paranaense que é o Deputado Lauro Portugal Tavares; a vocação pioneira e empreendedora do espírito de escol que foi o Deputado Avelino Vieira; a figura preeminente e tradicional do Deputado Guataçara Borba Carneiro; a cultura polimorfa do De-

putado Alvir Riesenber; a combatividade do Deputado Oscar Lopes Munhoz; o padrão de honra e dignidade aliados ao mais alto sentido paranista que foi o Deputado Riva-dávila Vargas; o defensor intransigente do interesse público - Deputado Anísio Luiz, recentemente falecido; a personalidade vigorosa e universalista do Deputado Edgard Sponholz; a fecunda competência do Deputado Ernani Benghi; o devotamento à causa pública do Deputado Frederecindo Marés de Souza; o defensor dedicado dos direitos dos trabalhadores Deputado José Daru; o trabalho intenso e profícuo do Deputado Lacerda Werneck; a capacidade jurídica do Deputado Hélio Setti; a tãpera batalhadora do Deputado Waldemiro Pedroso; a honradez e probidade do Deputado Júlio Buskei; a capacidade de luta do Deputado Aldo Silva; a firmeza e equilíbrio de pensamento do Deputado Firman Neto; o devotado patriotismo do Deputado Antônio dos Santos Filho; a mentalidade democrática do Deputado Ribeiro dos Santos; o ardor cívico e patriota do Deputado Ostoj Roguski; o idealismo construtivo do Deputado Linneu Novaes; a eloquência clássica do Deputado Alcides Pereira Júnior; o verbo trovejante do Deputado Clímaco da Silva; a erudição e argúcia do Deputado Felizardo da Costa e a autenticidade admirável do Deputado Zagonel Passos.

Estes os Constituintes de 1947, além da nossa modesta pessoa.

Todos pugnaram pela democracia. Todos lutaram pela liberdade, visando sobretudo, os supremos interesses do povo, do Paraná e do Brasil.

Ao Paraná todavia, cabe uma exortação.

Envidamos todos os nossos melhores esforços em prol da grandeza desta terra em que nascemos. Terra magnífica na qual a natureza prodigiosa se harmoniza com a fortaleza moral do seu povo. O Paraná é uma imensa oficina de trabalho. Nada abate o ânimo e a moral da sua gente. Dizimados os cafeeiros pela geada de 1975, os homens do campo resolveram a terra calcinada, e lançaram-se à plantação de soja do mundo. Povo com tal fibra e envergadura é inquebrável, imbatível.

Por isso, é injusta e inaceitável a discriminação que o Paraná sofre com a eliminação dos seus homens públicos, ausentes dos altos foros da República, do qual é exemplo mais gritante a castração que atinge a magistratura nobre, culta e independente de nossa terra no acesso ao ministério dos tribunais superiores.

O indiscutível saber jurídico de nossos magistrados, bem como a inteireza de carater dos nosso juizes igualam e até superam qualquer nosso compatriota.

Repelimos tão nefanda preterição.

Lutemos, pois, unidos, a favor do Pa-

ranã, buscando nos vários interesses e sentimentos do nosso povo a força necessária e unificadora, como Estado ativo e progressista.

Não haveremos de pedir pedindo, senão exigindo como dizia Padre Vieira.

Vossas Excelências por certo, prestaram e continuam a prestar inestimáveis serviços à causa pública, ao Paraná e ao Brasil; porém, o mais relevante serviço que Vossas Excelências prestam à esta Augusta Casa, é mantê-la aberta, pois, é através dela que se exercita a mais plena democracia.

Dizem que o silêncio é de ouro, mas estamos para contestar tal assertiva - de ouro é a palavra - que abrasa, que fere, que caustica, mas que ilumina. Tanto é assim, que nos regimes de força, nas ditaduras, as primeiras medidas coercitivas do poder são contra a manifestação pública do pensamento.

Por isso, atentem bem, a democracia não se conquista por mero acaso, senão pela luta diuturna em defesa dos postulados mais sagrados dos direitos humanos e da mais perfeita liberdade, corolários da nossa irresistível vocação democrática.

A palavra deve ser usada constantemente, para transmitir sempre os princípios inalienáveis e as virtudes da mais pura e autêntica democracia.

E é pela palavra, pela pregação diária que devem ser difundidas as salutares bases e fundamentos do regime democrático na defesa do povo que é imortal, eterno.

E oxalá, o Congresso Nacional, neste momento em que o povo sofrido do Brasil passa por um dos seus períodos históricos mais difíceis, senão dizer tenebroso. Oxalá o Congresso Nacional ouça os clamores das vozes que se levantaram em todos os quadrantes de nossa Terra, do Amazonas ao Chuí, clamando por eleições Diretas Já, para que o povo, com este seu poder de visão, possa enfim respirar numa Pátria livre como livre nasceu o Brasil sob a égide e sob a luz do Cruzeiro do Sul.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Estando presente o Deputado Constituinte de 1947, Hélio Setti, convido que se aproxime da Mesa para receber a sua medalha. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra a Sua Excelência o Senhor José Richa, Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

O SR. JOSÉ RICHÁ - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Trajano Bas-



tos; Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Paraná; Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, Senhor João Elísio Ferraz de Campos; Excelentíssimo Senhor Doutor Milton Campos, representante do Senhor Ministro da Agricultura; Excelentíssimo Senhor Capitão de Fragata Ronald Cardoso Guimarães, Capitão dos Portos do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Coronel-Aviador José Flávio Celestino, comandante da SINDACTA II; Excelentíssimo Senhor Professor Alcy Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Maurício Fruet, Prefeito Municipal de Curitiba, Excelentíssimos Senhores Deputados que compõem a Mesa; Dirceu Manfrinato, 1.º Secretário da Assembléia e Jorge Maia Filho, 2.º Secretário da Assembléia, Senhores Deputados Federais, Senhores Secretários de Estado; Senhores Deputados Constituintes; demais autoridades civis, militares e eclesiásticas aqui presentes; Senhores Deputados; demais convidados.

"Fortalecem-se minhas convicções políticas e meu amor ao sistema democrático de governo, confirmam-se minhas esperanças quanto ao futuro da nossa Pátria, renova-se minha fé nos destinos do nosso povo toda vez que participo de um ato como o que aqui nos reúne.

Não estamos, hoje, comemorando realizações materiais nem erigindo monumentos a feitos excepcionais ou herbéricos dos nossos antepassados; mas estamos aqui para reverenciar a passagem dos cento e trinta anos de uma atividade que - a despeito dos períodos de triste e dolorosa exceção - incorporou-se como rotina na história da comunidade paranaense: a atividade parlamentar.

Aqui estamos, ao lado das mais representativas expressões da vida política, econômica, social e cultural do nosso Estado para dar testemunho, com toda convicção e ênfase, do respeito que tributamos ao Poder Legislativo.

Em que pese a igualdade e a independência que devem existir entre as três funções clássicas do Governo que, como no ministério fundamental da cristandade, se fundeiam numa só pessoa representativa de um poder único e indivisível: aquele que emana do povo e em seu nome deverá ser exercido, é o Legislativo, sem dúvida, que representa com mais autoridade a vontade popular.

Há cento e trinta anos, iniciava-se a vida parlamentar em nosso Estado. Percorrendo a história do seu fecundo trabalho e de suas lutas pelo progresso do Paraná, verificamos o quanto ela se assemelha à trajetória do povo paranaense na busca de

seu desenvolvimento, sua integração e seu futuro.

Analisando a vida e a obra de seus vultos mais eminentes, vemos como, nesta Casa, desde os primeiros momentos, se destacava a vocação do Paraná para transformar-se no estado-síntese da Nação Brasileira.

Já no século passado, aqui se assentavam os baianos Trajano Joaquim dos Reis e André Pinto Rebouças; o sergipano Justiniano de Mello e Silva; o carioca Frederico Guilherme Virmond; o paulista Sérgio Francisco de Souza Castro; o cearense Bento Fernandes de Barros; o gaúcho João Manoel da Cunha; o paraibano Benjamin Américo de Freitas Pessoa; catarinenses, como Domingos Antônio da Cunha e Reinaldo Pinto Machado, apenas para citar alguns dos mais ilustres brasileiros que, por opção, viveram, trabalharam e povoaram com novas gerações de paranaenses a "terra das araucárias".

Igualmente apaixonados pela paisagem e pelo modo de vida que aqui se praticava, homens nascidos em terras longínquas mas que se transformaram, também por escolha própria, em autênticos paranaenses, nesta mesma Assembléia representaram com honra e dedicação o nosso povo: Achilles Stenghel, nascido na velha Itália; Luiz Daniel Cleve, que nos veio da Dinamarca; Manuel de Alencar Guimarães, filho da vizinha Argentina, Bertholdo Adam, nascido na Alemanha; só para destacar os primeiros.

Creio que temos um compromisso e uma dívida para com a juventude do nosso Estado: pesquisar mais a fundo a vida e a obra desses e de tantos outros paranaenses adotivos; divulgar o que fizeram e o quanto que contribuíram para a história desses cento e trinta anos de experiência parlamentar. Experiência democrática. Experiência que deve se transformar em exemplo para as gerações futuras. Acredito que este é um tema fecundo para nossa reflexão e um tema válido para ser levantado nesta oportunidade.

Cento e trinta anos de lutas, não apenas pelos interesses da nossa terra mas, principalmente, pelas causas maiores que mobilizaram o povo brasileiro.

A luta contra a nódoa da escravidão negra, que provocou gestos de grandeza como o David dos Santos Pacheco, o Barão dos Campos Gerais, constituinte de 1854 e primeiro Vice-Presidente da Província, ao alforriar seus escravos para sensibilizar o Imperador Pedro II, que foi seu hóspede ao visitar o nosso Estado.

Quantos outros ilustres membros desta Casa empunharam, com inteligência e desassombro, a causa da Abolição! O padre Antônio Joaquim Ribeiro, José Celestino de Oliveira Júnior, Antônio Ricardo do Nasci-

mento, Presciliano da Silva Corrêa, Alfredo Van Der Osten e tantos outros parlamentares que pertenceram às sociedades abolicionistas que sacudiram, pela imprensa e pelos comícios, a sociedade paranaense nos meados do século passado.

Na campanha republicana enganjaram-se Vicente Machado, Albino José da Silva, Presciliano da Silva Correa e tantos outros ilustres membros desta Casa.

Lembremos, também, daqueles nomes que levaram ao Brasil inteiro o valor da inteligência da nossa gente. Desta Assembléia saíram o valor Manoel Euphrasio Correia para governar a Província de Pernambuco e João José Pedrosa para governar o Mato Grosso e o Pará. Joaquim José Francisco da Rocha Pombo foi conquistar nas letras e no estudo da História Pátria o respeito e a admiração de todos os brasileiros.

Senhores:

"O Estado, disse Burke, é uma sociedade não apenas entre os vivos; mas entre os vivos, os mortos e os por nascer".

A história desta Casa Parlamentar, que comemora seus cento e trinta anos é rica de exemplos - no passado mais distante como no passado recente. Os nomes que aqui citei pertencem à História. Estão isentos do julgamento das paixões políticas do momento que passa. Por isso mesmo, isentei-me de citar os vultos insígnies mais próximos de nós... Muitos deles, entretanto, servirão também de exemplo às gerações futuras.

Saúdo aqui, os parlamentares de todos os partidos, que honram e dão prosseguimento à obra dos nossos antepassados. Faço votos para que a função parlamentar esteja cada vez mais à altura dos que, com inteligência, despreendimento e coragem defenderam, neste Templo, as causas do povo.

Como afirmei no início, acontecimentos como o que aqui nos reúne, fortalecem minha crença na democracia: reafirmam minha esperança no futuro da Pátria; revigoram

minha disposição de continuar lutando em favor dos destinos do nosso povo.

No Brasil de hoje, necessitamos, como nunca, de homens dedicados à atividade política, particularmente às lides parlamentares, que tenham o mesmo espírito de renúncia, de amor à causa pública, de dedicação às causas populares, daqueles espíritos luminares, que povoam a dimensão mística e intemporal da história desta Assembléia.

Queira Deus tenhamos competência, nós todos, para cumprir esta missão, pois dela dependerá o nosso futuro.

Saúdo os parlamentares de todas as tendências políticas, de todos os partidos representados nesta Casa, com a certeza de que, sejam quais forem as nossas diferenças - momentâneas ou permanentes no campo da doutrina, estaremos unidos no propósito maior de responder aos anseios da nossa gente.

Creio que não há melhor maneira de comemorar esta data.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Esta Presidência agradece a presença das altas autoridades e demais pessoas aqui presentes e solicita da mesma Comissão anteriormente designada, que acompanha Suas Excelências, os Srs. José Richa, DD. Governador do Estado e o Sr. Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado, durante suas permanências neste Poder.

Antes do término da presente sessão, quero convidar as autoridades e demais pessoas para assistirem no Pequeno Auditório "Deputado Luiz Gabriel Sampaio" Concerto do Conjunto Renascentista de Curitiba, comemorativo aos cento e trinta anos do Poder Legislativo do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que, estará encerrada esta Sessão.

(É executado o Hino do Paraná)

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO – COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

BALANCETE DO MÊS DE JUNHO DE 1984

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	442.350.237,16	PESSOAL	
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.101 – Pessoal Civil	3.324.800.000,00
202.111.11 – Pessoal Civil	3.333.806.585,00	211.104 – Obrigações Patronais	236.828.000,00
202.111.22 – Obrigações Patronais	236.186.519,00	211.105 – Inativos	815.000.000,00
202.112. – Material de Consumo	133.640.640,46	211.106 – Pensionistas	211.500.000,00
202.113. – Serviço de Terc. e Encargos	1.445.040.010,33	211.107 – Salário Família	18.000.000,00
202.114. – Despesa dos Exerc. Anteriores	1.952.502,47	211.108 – Outras Transf. a Pessoas	1.000.000,00
202.121. – Subvenções Sociais	176.262.000,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	4.607.128.000,00
202.122.1 – Inativos	814.237.541,00	211.201 – Material de Consumo	150.000.000,00
202.122.2 – Pensionistas	210.786.320,00	211.202 – Serv. de Terc. Encargos	1.366.738.000,00
202.122.3 – Salário Família	17.029.960,00	211.203 – Despesa dos Exerc. Anteriores	2.000.000,00
202.122.4 – Apoio Financ. a Estudantes	- 0 -	211.204 – Subvenções Sociais	176.262.000,00
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	45.000.000,00	211.205 – Apoio Financ. a Estudantes	- 0 -
202.122.6 – Outras Transf. a Pessoas	535.602,00	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	60.000.000,00
202.131. – Obras e Instalações	362.499.999,99	CAPITAL	
202.132. – Equip. e Mat. Permanente	64.185.960,00	211.301 – Obras e Instalações	465.000.000,00
CONTAS PENDENTES		211.302 – Equip. e Material Permanente	25.000.000,00
203.101 – Despesas Diferidas	- 0 -	CREDORES	
203.201 – Outras Contas Pendentes	- 0 -	212.101 – Despesas Empenhadas	93.676.422,12
203.202 – Divers. Responsáveis	549.358,00	213.101 – Despesas Processadas	331.442.299,00
TOTAL DO ATIVO		213.20 – Folha de Pagamento	- 0 -
	7.284.063.235,41	213.30 – Restituições	677.359,62
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 – Outras Contas Pendentes	2.575.472,03
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 – Empenhadas	3.421.131,64
		216.209 – Processadas Credoras	142.551,00
		216.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 – Proc. Folha Pagamento	- 0 -
		CREDORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	- 0 -
		TOTAL DO PASSIVO	431.935.235,41
			7.284.063.235,41

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 02 de julho de 1984.

(a) DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

(a) COORDENADOR DE CONTABILIDADE